



# 30<sup>o</sup> CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:  
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 2 - O advocacy de todo dia

Modalidade: resumo expandido

## **Políticas públicas para bibliotecas escolares: Reforço ao estereótipo do “lugar de livros”.**

*Public policies for school libraries: Reinforcement of the stereotype of the "place for books".*

**Monica Valerio Barreto** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

**Resumo:** O artigo propõe-se a discutir acerca das políticas públicas para o livro e a leitura e sua relação com o reforço da concepção ultrapassada da biblioteca escolar como local de livros e o bibliotecário unicamente com função de “cuidador” de livros e contador de histórias. Utiliza-se de metodologia qualitativa com procedimento de coleta bibliográfica, de artigos e livros em bases de dados científicas para embasar as ideias expostas. Conclui-se ser este viés da temática sobre políticas públicas para bibliotecas escolares, para além da preocupação com o acervo, pouco abordado, e sugere-se estudo mais aprofundado para discussão e reflexão sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar. Políticas públicas. Livro e leitura. PNLD. Concepção de biblioteca.

**Abstract:** The article proposes to discuss public policies for books and reading and their relationship with the reinforcement of the outdated conception of the school library as a place of books and the librarian solely with the function of "caretaker" of books and storyteller. It uses a qualitative methodology with a procedure of bibliographic collection, articles and books in scientific databases to support the ideas exposed. It is concluded that this bias of the theme on public policies for school libraries, in addition to the concern with the collection, is little addressed, and more in-depth studies are suggested for discussion and reflection on the subject.

**Keywords:** School library. Public policies. Book and reading. PNLD. Library concept.



## 1 INTRODUÇÃO

Na maioria dos países onde o acesso aos bens culturais se dá de modo tímido e dificultoso, se pode perceber que a proximidade com a leitura esbarra em obstáculos diversos, principalmente os definidos pela ausência da socialização de condições estruturais de acesso aos ambientes de leitura. O Brasil se apresenta como um exemplo desses países, agravado pelo fato de as ações mais significativas do governo referentes ao livro, à leitura e à literatura serem relativamente recentes, pela falta de investimento nas bibliotecas escolares e públicas, pela presença escassa e distribuição desigual de livrarias e, conseqüentemente, dos livros por todo o país.

Silva e Almeida (2015) corroboram com o acima exposto destacando que,

[...] essas interdições estão relacionadas ao analfabetismo em sua essência, mas também ao acesso inadequado à leitura por causa de precárias bibliotecas escolares e públicas, bem como à má distribuição de livrarias e de livros por todo o Brasil, visto que é uma distribuição desigual, restando para as localidades com menor número de habitantes e, por vezes, uma população de baixa renda, uma leitura somente instrumental. Não há apenas precariedade no acesso ao livro e à leitura literária, mas também a outros bens culturais, como a teatro, a cinema, a apresentações culturais, entre outros.

A questão da importância do acesso ao mundo letrado, ao livro, a literatura, a leitura e mais especificamente a leitura literária, cerne desta escrita, é inquestionável, tendo em vista a vasta quantidade de pesquisas de diversos estudiosos no assunto. Paiva (2009, p.139) afirma que “a leitura literária, assim como outros bens culturalmente produzidos têm sua importância relacionada à sua função na nossa sociedade letrada”.

Embora, ainda hoje, os dados de leitura no Brasil não se apresentem favoráveis, algumas iniciativas governamentais visando à democratização da leitura no país aparecem com o intuito de minimizar este quadro. Belo (2016, p. 183) reforça esta opinião, declarando que uma evidência desta intenção governamental está no “investimento por parte do Governo Federal, desde 1937, em políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que é o mais recente e o mais robusto de todos, no quesito literatura”.



Sobre o PNBE é importante destacar que, segundo informações no portal do Ministério da Educação (MEC)<sup>1</sup>, o Decreto n.º 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) passando a se denominar, Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), mantendo a mesma sigla.

Nem só de livros e leitura se constitui o fazer da biblioteca e do bibliotecário, e as políticas públicas para bibliotecas escolares podem incluir uma série de medidas e diretrizes para promover o desenvolvimento e fortalecimento desses espaços educacionais, além da aquisição de livros. Concomitantemente ao livro e à leitura, deve-se fomentar também as políticas relacionadas à infraestrutura, recursos materiais e humanos, contemplando, aí sim, a criação e manutenção de uma biblioteca escolar de qualidade, onde a sensibilização para a leitura, entre outros objetivos educacionais tão importantes quanto, será consequência.

Inquietações a respeito das políticas públicas aplicadas em bibliotecas escolares surgiram, a partir de diálogos informais em grupos de bibliotecários escolares e professores (tanto da rede pública quanto privada). Tais inquietações foram se intensificando com a atuação como docente com especialização em educação infantil e séries iniciais e, também, como bibliotecária, tendo experiência na curadoria, no processo de escolha dos livros literários provindos do Programa Nacional do Livro Didático e Literário (PNLD) e contato com procedimentos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Governo Federal.

Essa atuação, mais especificamente, em escolas públicas levou à percepção de certa “monopolização” de políticas públicas para fomento, quase que exclusivamente relacionadas ao livro e à leitura, em detrimento de tantas outras necessidades e precariedades, também importantes de serem atendidas por políticas públicas, no sentido de contribuir com a qualidade das bibliotecas escolares e conseqüentemente da educação. Preocupação com a efetivação de políticas públicas voltadas para manutenção da estrutura física, equipamentos, mobiliário, recursos humanos, por exemplo.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 19 de out. 2019.



Esta situação relatada acima tem causado certo incômodo e levado a refletir sobre uma hipótese quanto à relação entre a ênfase às políticas públicas para o livro e a leitura, e o reforço à cultura ultrapassada da biblioteca escolar como local de livros, e do bibliotecário unicamente com função de “cuidador” de livros e contador de histórias.

Utiliza-se de metodologia qualitativa com procedimento de coleta bibliográfica, de artigos e livros em bases de dados científicas para embasar as ideias expostas.

Espera-se que a discussão apresentada, neste escrito, seja um estímulo para outros estudos que contribuam com a qualidade das bibliotecas escolares. Para tanto, organiza-se o texto com um breve referencial teórico abordando a questão do acesso ao livro e a leitura seguindo com informações sobre políticas públicas federais direcionadas à educação como os programas PNLD, ProInfo e PDDE, por exemplo.

## **2 ACESSO AO LIVRO E A LEITURA**

A relevância da leitura, especialmente no contexto escolar, é uma questão indiscutível. Haja vista, a consonância das ideias entre vários autores e resultados de pesquisas sobre o tema. Carvalho (2005, p.21) vem de encontro a esta ideia quando afirma que, “[...] A importância da leitura no processo educativo é inquestionável. Essa certeza une pais e professores na convicção de que ler é bom e que, portanto, a criança deve aprender a gostar de ler.” Mas, também é inquestionável que para ler, e aqui, nos ateremos ao objeto livro, dentre outras prerrogativas, é necessário ter acesso a ele (o livro).

A afirmação de que é indispensável oportunizar situações, formais e não formais, em que as crianças pequenas possam vivenciar experiências literárias, já é consenso no meio acadêmico e social. “Para a criança, que, enquanto não lê, depende exclusivamente da voz adulta que decodifica o mundo a seu redor, também a aprendizagem da leitura repercute como possibilidade de emancipação” (Zilberman, 2009, p.27). Em se tratando do ambiente escolar, então, torna-se essencial que o professor possua meios que facilitem apresentar os livros às crianças, inclusive e especialmente, para aquelas que ainda não leem.

“É consenso que para ler é preciso ter o que ler; portanto, não basta somente oferecer livros para crianças e jovens nas escolas” (Maia, 2007, p.159) e, sem prejuízo



algum podemos incluir aqui, também, os professores. A autora supracitada, ainda menciona dois problemas relacionados à leitura: o acesso ao livro e o processo de mediação entre a criança e o livro. Embora, se concorde com a questão mencionada acrescentar-se-ia ao processo, a mediação entre livro e o professor, pois, de acordo com as ideias da mesma autora acredita-se que a instrumentalização permanente do professor seja o melhor caminho, na direção de promoção da transformação, das práticas escolares.

Segundo Paiva (2009, p.141), “como as crianças das camadas populares são desprovidas de condições econômicas que lhes permitam ter acesso ao livro, principalmente, os de qualidade literária, a escola tem se configurado como um espaço fundamental para possibilitar esse acesso e proporcionar práticas para aquisição da leitura”. Porém, vivemos ainda tempos de crise, na educação brasileira e a respeito disto, Zilberman, (2009, p.28) vem contribuir com o seguinte esclarecimento:

A crise da escola relaciona-se a problemas de ordem variada, que, no Brasil, começam no âmbito da administração da educação, disseminada entre órgãos relacionados aos níveis federais, estaduais e municipais, sem que esses busquem afinar-se, e estendem-se à política de remuneração e qualificação dos professores, à conservação física dos prédios, incluindo-se salas de aula, bibliotecas e equipamentos de ensino, alcançando o plano da competência no exercício da missão para a qual foi edificada e justificou sua expansão na sociedade moderna.

Os programas de distribuição de livros e incentivo à leitura sejam por iniciativa governamental ou privada, embora, visem minimizar a crise leitora, acabam por não atingir de forma plena seus objetivos por falhas, ou problemas advindos também do âmbito da administração da educação. Percebe-se que as políticas de incentivo à leitura, sucessivamente, vêm criando programas e projetos voltados para o desenvolvimento das práticas leitoras no Brasil inclusive, com ações pontuais quanto à formação de professores, porém, ainda se apresentam de forma desarticulada.

Nesse sentido, vale reforçar que:

Essas políticas ministeriais de leitura são marcadas pelas rupturas e descontinuidades, principalmente devido às mudanças constantes de gestão que, por sua vez, caracterizam as estruturas político-administrativas do país. Contudo, continuamos a constatar a ausência de uma *verdadeira* política de leitura. (Soares, 2002, p. 43)

Verifica-se que a simples distribuição dos materiais de leitura pelo governo, sem envolver de maneira mais efetiva, outros atores da educação como, por exemplo, os



professores e os bibliotecários no processo dos programas de democratização da leitura, muito pouco irá se avançar, na questão da formação de bons leitores.

Quando não se investiga a visibilidade, o grau de conhecimento, a capilaridade dessas políticas no chão da escola, desconsiderando em que medida e de que maneira esses materiais são recebidos, e usados pelos profissionais da escola, esvazia-se uma ação que poderia repercutir enormemente no processo de formação de leitores. (Paiva, 2009, p.150)

Para melhor entendimento, cabe aqui uma ressalva explicativa, quanto aos programas de incentivo e democratização do livro e da leitura como também, alguns direcionados para manutenção da estrutura física, equipamentos, mobiliário, recursos humanos, e etcetera “ofertados” pelo governo brasileiro.

## **2.1 PNLD; ProInfo e PDDE**

O maior fomento para as políticas públicas direcionadas à educação brasileira provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com programas e ações destinados às diversas necessidades de apoio à estruturação das escolas. Dentre as principais iniciativas financiadas pelo FNDE voltadas para o incremento das escolas destacam-se, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) foi criado pelo Ministério da Educação, em 1997, para promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. A partir de 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do Decreto nº 6.300, foi reestruturado e passou a ter o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) possui caráter complementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

1. o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
2. a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
3. o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social. (Site: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas> )



Segundo informações extraídas do site do ministério da educação - MEC, em 18 de julho de 2017, o Decreto nº 9.099, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também ampliou sua área de abrangência com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

**Quadro 1** - Principais Instituições, Iniciativas do Governo Federal na Área do Livro, Leitura e Biblioteca no Brasil

Órgão	Período	Vínculo Institucional	Principais Objetivos
Instituto Nacional do Livro	1937-1990	<ul style="list-style-type: none"><li>· 1937–1953 Ministério da Educação e Saúde;</li><li>· 1953-1981 MEC;</li><li>· 1981-1988 Fundação Pró-Memória (MinC);</li><li>· 1988-1990 Fundação Pró-Leitura (MinC).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Editar, publicar e distribuir livros;</li><li>· Implantar bibliotecas;</li><li>· Formar recursos humanos qualificados para atuar nas bibliotecas (bibliotecários);</li><li>· Coordenar o sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.</li></ul>
Serviço Nacional de Bibliotecas	1961-1969	<ul style="list-style-type: none"><li>· MEC (foi incorporado pelo INL)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Coordenar e promover a integração das bibliotecas públicas.</li></ul>
Fundação Nacional Pró-Leitura	1988-1990	<ul style="list-style-type: none"><li>· MinC</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Coordenar as atividades do INL e da Biblioteca Nacional</li></ul>
Fundação Biblioteca Nacional	1990-atual	<ul style="list-style-type: none"><li>· Ministério da Educação e Saúde;</li><li>· MEC;</li><li>· Fundação Pró-Leitura (MinC);</li><li>· Secretaria da Cultura da Presidência da República;</li><li>· MinC.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Coordenar o depósito legal do patrimônio bibliográfico e documental do país;</li><li>· Promover o acesso à memória cultural;</li><li>· Coordenar o PROLER;</li><li>· Coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.</li></ul>



Iniciativas	Período	Vínculo Institucional	Principais Objetivos
Decreto n. 7.247	1879	· Município da Côrte (período Imperial)	· Reforma do ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império.
Lei n. 7.505	1986	· MinC.	· Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.
Lei n. 8.313	1991	· MinC.	· Restabelece princípios da Lei n° 7.505; · Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.
Pró-Leitura	1992	· MEC	· Acordo de Cooperação Brasil-França; · Instituir uma política nacional de leitura visando à formação continuada.
Programa Nacional de Incentivo à Leitura-PROLER	1992	· MinC; · Fundação Biblioteca Nacional.	· Promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita; · Promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma política nacional de leitura; · Articular ações de incentivo à leitura entre diversos setores da sociedade; · Viabilizar pesquisas sobre livro e escrita.
Projeto Uma Biblioteca em cada Município	1995-2002	· MinC	· Ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais, por meio da distribuição de recursos para a aquisição de livros, equipamentos e mobiliários.
Programa Nacional Biblioteca na Escola	1997	· MEC	· Promover a distribuição de livros de literatura para escolas públicas do país.
Política Nacional do Livro	2003	· Fundo Nacional de Cultura	· Estabelece a Política Nacional do Livro;



			<ul style="list-style-type: none"><li>· Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro.</li></ul>
Programa Arca das Letras	2003	<ul style="list-style-type: none"><li>· Ministério do Desenvolvimento Agrário</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Implantar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura.</li></ul>
Programa Fome de Livro	2004	<ul style="list-style-type: none"><li>· Fundação Biblioteca Nacional</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Instalar mais de 1000 bibliotecas até 2006;</li><li>· Zerar o número de cidades brasileiras sem biblioteca pública.</li></ul>
Vivaleitura	2004	<ul style="list-style-type: none"><li>· MEC e MinC em parceria com a OEI</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Propor políticas para promoção do livro e da leitura buscando a reversão dos baixos índices de leitura da população.</li></ul>
Plano Nacional do Livro e Leitura	2006	<ul style="list-style-type: none"><li>· MEC e MinC</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade;</li><li>· Criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos, e ações por parte do estado e da sociedade civil;</li><li>· Formar leitores, buscando o aumento do índice nacional de leitura;</li><li>· Implantar bibliotecas em todos os municípios do país.</li></ul>
Programa Mais Cultura	2007	<ul style="list-style-type: none"><li>· MinC</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Busca a inclusão dos segmentos sociais;</li><li>· A valorização do diálogo e da diversidade nos diversos contextos da comunidade;</li><li>· A integração e cooperação de parcerias com ministérios, bancos, organismos internacionais, governos estaduais, municipais e instituições da sociedade civil.</li></ul>
Lei n. 12.244	2010	<ul style="list-style-type: none"><li>· MEC;</li><li>· Sistemas de ensino do País</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.</li></ul>



Projeto de Lei do Senado	2015	· Ainda não sancionada	· Institui a Política Nacional de Bibliotecas.
Projeto de Lei n. 212	2016	· MEC e MinC	· Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

Fonte: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2020.165252>

Pesquisando-se historicamente, as políticas públicas direcionadas à educação e reverberam na biblioteca escolar, observa-se que estas são voltadas majoritariamente para o objeto livro e a leitura. O que reforça a tese deste estudo, ou seja, a intrínseca relação das Políticas públicas para bibliotecas escolares ao estigma desta, a biblioteca escolar, enquanto lugar de livros e ainda, ao estereótipo do bibliotecário acerca da limitação de sua função associada apenas a guardador de livros e outras ações relacionadas a este objeto.

Sala e Militão (2020, p. 40) defendem que:

As indefinições quanto a função da biblioteca na escola indica a necessidade de a comunidade bibliotecária oferecer maior contribuição para tornar claro a toda sociedade qual o papel da biblioteca e do bibliotecário na escola. Pois, mesmo que a biblioteca escolar esteja sendo figurada nos assuntos legislativos, é necessário ter em vista que, para que ocorra a efetivação das propostas é preciso que exista acompanhamento, debate e cobrança por parte da sociedade. Afinal, o avanço social alcançado com a promulgação das leis não deve ser relacionado a mais um período da história nacional em que as bibliotecas são estigmatizadas, persistindo o contentamento de tímidos avanços em discussões sobre o seu importante papel na educação.

Neste contexto observa-se que, um dos maiores desafios da biblioteca e do bibliotecário escolar é sensibilizar, não só o poder público, mas, a sociedade em geral para o novo paradigma/ conceito de biblioteca e bibliotecário, que acompanhou, se reinventou e evoluiu paralelo às mudanças sociais e tecnológicas.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com olhar atento às informações coletadas acima, sobre a atual apresentação do PNLD, observa-se que este, de fato, sofreu algumas melhorias, porém, ainda assim deixando a desejar, na questão de articulação, integração e envolvimento de um equipamento fundamental para o trabalho de desenvolvimento da leitura na educação,



que é a Biblioteca Escolar. Inclusive ignorando, ao que tudo indica, a Lei 12244/10<sup>2</sup>, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, prevendo sua efetivação até 2020, respeitando a profissão do Bibliotecário. A própria lei mencionada vem sofrendo alterações, no que diz respeito a atualização de concepção/conceito de biblioteca escolar.

Percebe-se que, além do PNLD muitas outras políticas públicas foram e têm sido direcionadas às bibliotecas escolares, no entanto, o foco permanece sendo o livro e a leitura.

É inquestionável a relevância e, pode-se dizer até intrínseca a relação do livro e leitura com o fazer das bibliotecas e bibliotecários escolares, porém, o que se discute aqui é o reforço a uma concepção ultrapassada que ambos sofrem sendo limitados a esta função, em detrimento de outras ações pertinentes a este espaço e a este profissional, tão importantes quanto.

Quando se fala em educação de qualidade é preciso incluir a biblioteca escolar como um dos indicadores qualitativos e para isto, a biblioteca deve estar incluída, nos planejamentos de melhoria contínua, das escolas. Isto perpassa por pensar políticas públicas direcionadas a bibliotecas escolares para além da constituição de acervos. Por exemplo: Políticas públicas voltadas para construção e manutenção de espaço próprio e adequado; para contratação e manutenção de recursos humanos; para aquisição de equipamentos e materiais, entre outras necessidades voltadas para a execução das múltiplas funções e serviços prestados, por este setor.

Fica aqui, a sugestão para que se realizem mais pesquisas acerca deste viés abordado neste estudo, ou seja, das políticas públicas para bibliotecas escolares e o reforço aos estereótipos e perpetuação da concepção ultrapassada das bibliotecas e dos bibliotecários escolares.

## REFERÊNCIAS

BELO, Roberto. Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura. *In: Cadernos de Letras da UFF Dossiê: A crise da leitura e a formação do leitor*, 2016. nº 52, p. 183-203. Disponível em:

---

<sup>2</sup> BRASIL. Presidência da República. Lei 12.244 de 24 de maio de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em: 30 out. 2018.



<http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/issue/view/7/showTo>  
c. Acesso em: 02 de dez. de 2023.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. *In*: CAMPELLO, Bernadete

Santos et al. A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 21-23.

DURBAN ROCA, Glória. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

PAIVA, Aparecida. A trama do acervo: a literatura nas bibliotecas escolares pela via do Programa Nacional Biblioteca da Escola. *In*: Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SALA, Fabiana. **Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar no Brasil**: das iniciativas federais à implementação municipal. 2018. 266f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.

SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. Biblioteca escolar no Brasil: origem e legislação nacional educacional. *In*: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., ago. 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2017. p. 4669-4685. Disponível em:

[https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/caopeducacao/DOCTRINA\\_01Bibliotecas\\_Ecolares.\\_Origem\\_e\\_Legisla%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/caopeducacao/DOCTRINA_01Bibliotecas_Ecolares._Origem_e_Legisla%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 06 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de Biblioteca Escolar: dos primórdios à atualidade.

**Biblioteca Escolar em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 24-42, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2020.165252>. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/165252>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SILVA, Karina Lillian Souza e; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. Acesso ao livro e à leitura em bibliotecas escolares: Naviraí, MS. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.6, n.16, p. 190-210, jan. 2015. Disponível em:

<http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/434/400>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVA, Judson Daniel Oliveira da; CUNHA, Jacqueline de Araújo. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 46, p. 45-58, mai./ago., 2016.



SOARES, Isabel Gomes. **Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o PROLER e o Pró-leitura (1995-2000)**. Belo Horizonte. UFMG/FAE, Dissertação de Mestrado em Educação, 2002.

ZILBERMAN, Regina. A escola e a leitura da literatura. *In*: ZILBERMAN, Regina; ROSING, Tania. Mariza Kuchenbecker (Org.). Escola e Leitura: velhas crises, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.